

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas,

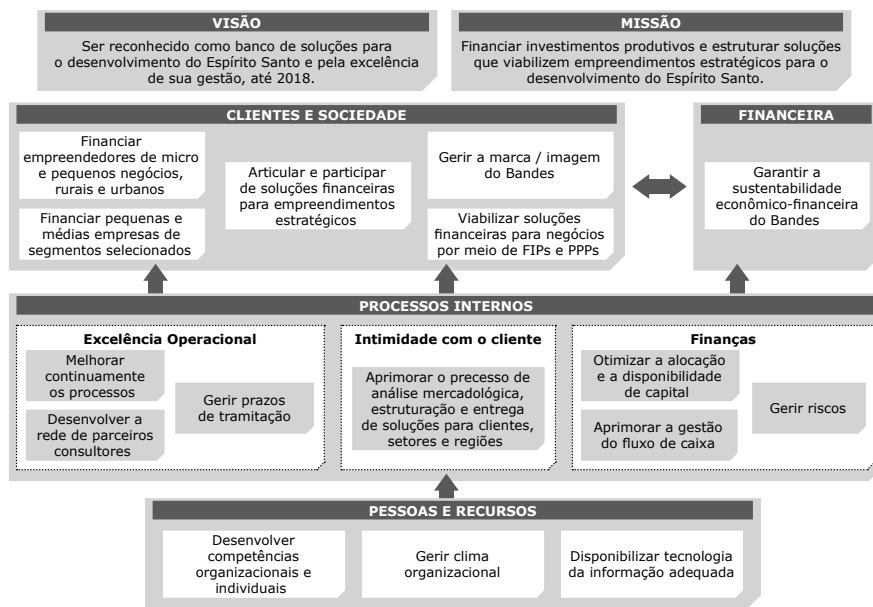
O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório da Administração referente ao primeiro semestre de 2017 – acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

## 1. A EMPRESA

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. Com a **missão de financiar investimentos produtivos e estruturar soluções que viabilizem empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento do Espírito Santo**. Em seu nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços do BANDES é **ser reconhecido como o banco de soluções para o desenvolvimento do Espírito Santo e pela excelência de sua gestão, até 2018**.

O seu Plano Estratégico 2017-2021, denominado “BANDES Rumo à Excelência”, contempla o amadurecimento das práticas de gestão, tendo como base o Modelo de Excelência da Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade e o *Balanced Score Card* (BSC), e está composto por um Mapa Estratégico e um painel de bordo, em que os objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e projetos estruturantes são insumos para o seu gerenciamento.

IMAGEM 1: Mapa Estratégico – BANDES 2017-2021



## 2. PERSPECTIVA DE CLIENTES E SOCIEDADE

No primeiro semestre de 2017, o investimento total aprovado foi de R\$ 70,4 milhões, totalizando 1.037 operações aprovadas.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 1,06 bilhão.

### 2.1. Financiar empreendedores de micro e pequenos negócios, rurais e urbanos

Em consonância com esse objetivo o BANDES, até junho, aprovou 1.029 operações para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, no valor total de R\$ 50,6 milhões. Para as médias e grandes empresas foram aprovadas 8 operações, referentes a R\$ 19,8 milhões. O valor médio das operações do banco, ao longo do primeiro semestre de 2017, foi de R\$ 68 mil, resultado da prevalência do apoio à micro e pequenos empreendedores. Para pessoas físicas, importa destacar os recursos destinados às famílias de agricultores via PRONAF, 346 operações aprovadas e R\$ 14,6 milhões.

A distribuição espacial dos investimentos aprovados registra o domínio do apoio aos empreendimentos localizados fora da Grande Vitória, com 949 operações aprovadas e, na região da Grande Vitória, 88 operações. Em valor, do montante total aprovado, R\$ 15,6 milhões foram para a Grande Vitória e R\$ 54,8 milhões para os demais municípios (ou 78%).

Gráfico 1: Investimentos aprovados

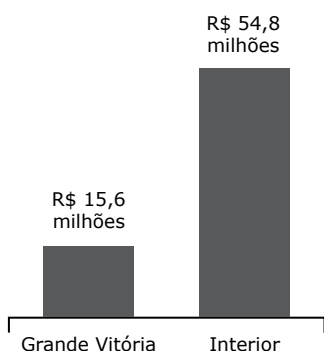
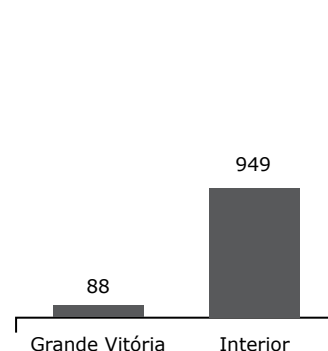


Gráfico 2: Nº de operações aprovadas



Além disso, para esse segmento de público-alvo, destacam-se as ações realizadas no programa **Nossocrédito: foram aprovadas 5.304 operações de crédito, liberando recursos da ordem de R\$ 42,9 milhões.**

### 2.2. Financiar pequenas e médias empresas de segmentos selecionados

O BANDES tem como objetivo apoiar novos setores da economia capixaba, como o de inovação, economia verde, economia criativa, turismo e a cadeias produtivas, por meio de linhas de crédito com condições específicas para cada um desses segmentos.

**Economia Criativa:** foram aprovados investimentos totais de R\$ 4,7 milhões no primeiro semestre: R\$ 3,1 milhões de recursos BANDES, em 121 operações e R\$ 1,6 milhão por meio do programa Nossocrédito, com 202 operações.

**Inovação:** foram aprovadas duas operações, com investimento total de R\$ 3,9 milhões.

**Empresas exportadoras:** foram aprovadas três operações, com investimento total de R\$ 13,1 milhões.

### 2.3. Articular e participar de soluções financeiras para empreendimentos estratégicos

#### Acordo BANDES – Sicoob

Firmado em abril, tem por objetivo instrumentalizar ainda mais o BANDES enquanto banco de soluções financeiras. Trata de repassar ao SICOOB ES a demanda de crédito prospectada e estruturada pelo BANDES com recursos provenientes dos programas oriundos do BNDES.

#### INVEST – ES

Entre os programas conduzidos pelo BANDES, vale destacar a atuação do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES, no qual o BANDES é agente técnico e secretaria executiva. O INVEST-ES é um programa de incentivos fiscais a novos investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. Somente no primeiro semestre deste ano, foram enquadrados 13 projetos, representando investimentos da ordem de R\$ 671,6 milhões e projetando a geração de 525 empregos diretos. Destaque também para a emissão de 11 laudos de constatação de investimentos em 12 municípios do Estado.

**Construção de Barragens e Reservação de Águas:** foram 32 contratos liberados, no valor total de, aproximadamente, R\$ 2 milhões.

**Seguir Crescendo:** um programa focado em microempresas formalizadas, foram realizadas 377 liberações, no valor total de R\$ 5,8 milhões.

**Avicultura de Corte e Postura:** um programa focado em modernização, foram realizadas quatro liberações, no valor total de R\$ 3 milhões.

**Agroindústria de Leite e Derivados:** envolvendo o apoio à criação de bovinos para leite e à fabricação de laticínios, realizou três liberações, no valor total de R\$ 1,9 milhão.

**REFLORESTAR:** é uma iniciativa do Governo do Estado e tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos. No primeiro semestre foram realizadas 1.377 liberações, que totalizaram R\$ 12,8 milhões.

### 2.4. Gerir a marca e imagem

Em maio de 2017 o projeto estruturante para estudo de como gerir a marca e a imagem do BANDES apresentou os resultados finais dos seus trabalhos, reunidos em uma série de propostas apresentadas à diretoria do banco. Esse conteúdo pretende contribuir para o aprimoramento das estratégias a serem adotadas pela organização, no que diz respeito a sua gestão da marca e da imagem.

O investimento do BANDES em patrocínio institucional e promocional, em parceria com os atores sociais representativos da economia capixaba, tem oportunizado dar visibilidade para posicionamento da marca e da imagem do Banco, por meio de ações de marketing e participação em eventos, que possibilitam a articulação em diversos fóruns no Estado.

No primeiro semestre de 2017, o Banco participou de eventos ligados a tradicionais setores produtivos capixabas, que resultam em exposição na mídia e em realização de novos negócios. Destaques para a Vitória Stone Fair e o lançamento do Prêmio Líder Empresarial.

O BANDES apoiou a realização do estudo “Valores de Terra Nua nas Diferentes Microrregiões do Estado do Espírito Santo”, material que possibilita embasamento técnico e científico para as ações futuras de fomento ao setor agropecuário e no desenvolvimento de programas de fomento junto às entidades representativas dos setores envolvidos.

### 2.5. Viabilizar soluções financeiras para negócios por meio de FIPs e PPPs

#### FIPs – Fundo de Investimento e Participações

O BANDES segue realizando ações de forma consistente e estruturada para oferecer soluções financeiras via FIPs.

No 1º semestre foram realizadas Reuniões de Trabalho e do Comitê de Investimentos do Criatec III – Fundo de Investimentos em Participação, do qual o BANDES é cotista e que já está na fase de investir em empresas com alto potencial de crescimento. Algumas propostas foram analisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos. Em março, a Reunião de Trabalho ocorreu na sede do BANDES, trazendo os representantes dos outros cotistas para conhecer a instituição.

Outro fundo está em estruturação, o CISE – Competitividade e Inovação para Setores Estratégicos. A participação do FUNDES é de R\$ 20 milhões, limitada a 40% do Fundo. O Patrimônio Comprometido Alvo para o Fundo é de R\$ 300 milhões. O FIP CISE já está em fase de captação de investidores.



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## PPPs – Parcerias Público-Privadas

Outra frente inovadora de trabalho objetivando diversificar a atuação do BANDES é oferecer soluções financeiras por meio de PPPs.

O BANDES já é, oficialmente, o agente do Governo do ES para auxiliar os municípios na elaboração de PPPs.

O BANDES participou da estruturação do FÓRUM CAPIXABA DE PARCERIAS, composto também pela Caixa Econômica Federal, UFES e SINDUSCON, cujos objetivos são, dentre outros: reunir agentes de governo municipais, empresários, investidores, financiadores e todos os que se relacionam com o tema Concessões e Parcerias Público-Privadas - PPPs, para juntos desenvolverem uma agenda positiva e propositiva sobre as oportunidades de viabilização das parcerias nos médios e pequenos municípios do nosso Estado.

Faz parte também, juntamente com outras Instituições Financeiras de Desenvolvimento, da PARCERIA PARA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS DE PPP JUNTO AOS MUNICÍPIOS, que tem como âncoras a ABDE – Associação Brasileira de Instituições de Desenvolvimento e o BNDES. Tem como objetivo a consolidação de parceria do BNDES com Instituições Financeiras de Desenvolvimento para implantação de atuação conjunta e articulada na prestação de serviços aos municípios para estruturação de Projetos de Parceria Público-Privado – PPP criando uma massa crítica de conhecimento sobre os projetos.

## 3. PERSPECTIVA FINANCEIRA

### 3.1. Garantir a sustentabilidade econômico-financeira do BANDES

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 449,2 milhões, crescimento de 7,41%, em relação a junho de 2016.

No primeiro semestre de 2017, o BANDES registrou prejuízo líquido de R\$ 20,1 milhões, decorrente da restrição da capacidade de pagamento de parte dos seus clientes, produtores rurais principalmente dos municípios do norte e do noroeste do Estado, afetados por severa crise hídrica que atingiu o Estado de 2014 até o início desse ano. Consequentemente, ocorreu o crescimento da inadimplência, elevando consideravelmente as despesas com provisões de crédito de liquidação duvidosa – PCLD, que atingiram R\$ 44,3 milhões neste 1º semestre.

De modo a reverter esta situação, foram realizados procedimentos para regularização de dívidas desse importante segmento. No primeiro semestre de 2017, cerca de 1.984 contratos rurais foram renegociados.

## 4. PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

### 4.1. Melhorar continuamente os processos

Diversas ações foram implementadas objetivando melhorar os processos, com destaque para o início do mapeamento dos processos relativos às cobranças administrativas, à recuperação de créditos baixados como prejuízo e às renegociações excepcionais provocadas por fatores externos extremos.

### 4.2. Desenvolver a rede de parceiros consultores

A reestruturação da rede de parceiros continuou. Foi realizado o primeiro treinamento direcionado aos consultores corporativos.

Também foi realizado o 11º Encontro Anual de Consultores, visando o alinhamento da atuação comercial e a configuração de trabalho integrado e em equipe.

No segmento rural, foi realizado o segundo treinamento de consultores para atuação no Programa Reflorestar.

O BANDES fechou o primeiro semestre com 117 consultores, distribuídos nos segmentos rurais, urbanos e corporativos, bem como 103 agentes de microcrédito qualificados e alinhados com a missão social do BANDES.

### 4.3. Gerir prazos de tramitação

No 1º semestre de 2017, o BANDES deu continuidade às ações relacionadas à redução do prazo de tramitação das solicitações de financiamento. Entre tantas, a revisão da documentação exigida para cadastro, alterações de procedimentos e implantação de novas funcionalidades no sistema corporativo e novo modelo para composição de garantias.

### 4.4. Gerir riscos

No 1º semestre de 2017, as ações de gerenciamento de riscos e controles internos se concentraram, principalmente, nos estudos e desenvolvimento de ferramentas, com vistas às adequações necessárias à Resolução CMN 4.557/2017 (Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos), na elaboração e implantação da Política de Sucessão de Administradores (Res. BACEN nº 4.538/2016), no apoio à definição da Política de Sucessão de Administradores (Res. BACEN nº 4.538/2016), do fluxo e operacionalização do Canal de Denúncias, e do Regimento Interno da Comissão de Ética. Além disso, foi dado prosseguimento à elaboração e desenvolvimento das diretrizes, parâmetros e procedimentos do Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) e elaborado projeto para implementação da Política de Relacionamento com Cliente (Res. BACEN nº 4.539/2016).

Em relação à concentração da Carteira de Crédito, merece destaque a redução da participação da cultura de café, a atividade com maior representatividade, de 46,8%, em dezembro de 2016, para 45,6%, do total, em junho de 2017. A redução de participação não se deu apenas em termos relativos, mas também absolutos: o saldo da atividade era de R\$ 509 milhões (dez.16) e encerrou junho de 2017 com R\$ 483 milhões.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 1,06 bilhão, composta por 85,6% de contratos que possuem classificação de risco AA, A, B ou C. Nesse período, houve a recuperação de R\$ 6,4 milhões de créditos inscritos em prejuízo. A inadimplência, acima de 60 dias, encerrou o semestre em 13,7% e, a superior a 90 dias, em 11,7%.

## 5. PESSOAS E RECURSOS

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2017, com 177 colaboradores, 95% destes com formação superior completa, dos quais 35% com pós-graduação.

Foi realizado um PDV - Programa de Desligamento Voluntário, com o objetivo de reduzir o valor de despesas administrativas relacionadas à pessoal, principalmente de colaboradores com vínculo de trabalho com o BANDES superior a 30 (trinta) anos para mulheres e 35 (trinta e cinco) anos para homens, observando regras definidas pela Diretoria Executiva do BANDES e aprovadas por seu Conselho de Administração. O resultado, com as adesões efetivadas, permitiu uma redução de 12,44% nas despesas de pessoal.

### 5.1. Desenvolver competências organizacionais e individuais

Quanto ao objetivo de desenvolver as pessoas nas competências organizacionais iniciamos a Gestão das Competências. Nesse semestre foram realizados workshops para entendimento dos conceitos e das etapas a serem realizadas ao longo do ano.

Totalizamos até o dia 30 de junho, 1.568 horas de treinamentos de curta duração e estamos incentivando cursos de longa duração, com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional e institucional.

### 5.2. Gerir clima organizacional

O programa de qualidade de vida no trabalho "BANDES Viva Bem" 2017, durante o primeiro semestre, promoveu ações com foco na prevenção de doenças e incentivos a atividade física.

Em relação às ações para motivação e engajamento, pode ser registrado o retorno da Gestão de Desempenho. Cada colaborador possui suas metas individuais definidas e conhecimento dos resultados estratégicos e organizacionais desejados.

### 5.3. Disponibilizar tecnologia da informação adequada

Nesse primeiro semestre, a Gerência de Tecnologia do BANDES realizou atividades objetivando atender a demanda corrente e preparar-se para novas demandas decorrentes do Plano Estratégico "BANDES Rumo à Excelência – 2017/2021".

Foram adquiridos novo firewall, um novo ATL (robô de backup) e novos switches. Foi elaborado o Plano de Gestão de Mudança de TI. Novidades nos sistemas foram implementadas, entre elas: novas funções para atendimento a demandas de renegociações, nova forma de emissão de avisos de vencimento e demandas legais do BNDES e Bacen.

Novo site entrou no ar, mais dinâmico, intuitivo e com visual mais moderno, garantindo maior interatividade com clientes e consultores. E, também, é adequado aos diferentes dispositivos móveis, como tablets e smartphones.

O primeiro aplicativo BANDES foi lançado. Permite aos seus usuários, sejam clientes, potenciais clientes ou consultores, acesso mais facilitado às informações do banco, como simulações de financiamento, rede de consultores, contatos do BANDES, entre outras informações.

## 6. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	2016/1	2017/1	Varição %
<b>OPERACIONAIS</b>			
1. Investimento Total Aprovado (R\$ mil) .....	108.151	70.372	(34,93)
Setor Primário .....	79.124	31.429	(60,28)
Setor Secundário.....	5.620	5.942	5,73
Setor Terciário .....	23.407	33.001	40,99
2. Número de Operações Aprovadas.....	1.989	1.037	(47,86)
Micro e Pequenas .....	1.980	1.029	(48,03)
Médias e Grandes.....	9	8	(11,11)
3. Liberação de Operações de Crédito (R\$ mil).....	97.805	53.232	(45,57)
4. Liberação de Apoios Financeiros de Fundos (R\$ mil).....	232.416	188.381	(18,95)
Fundap Financiamento (R\$ mil) .....	228.199	188.381	(17,45)
Outros (R\$ mil) .....	4.217	0	(100,00)
5. Saldo de Operações de Crédito (R\$ mil) .....	1.079.294	1.059.714	(1,81)
6. Nº de Contratos Ativos .....	29.546	29.971	1,44
7. Nº de Clientes Ativos .....	25.047	23.966	(4,32)
<b>FINANCEIROS</b>			
1. Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil) .....	(3.100)	(20.103)	-
2. Patrimônio Líquido (R\$ mil) .....	418.159	449.163	7,41
3. Rentabilidade do PL (%) .....	(0,74)	(4,48)	-
4. Índice de Eficiência (%).....	100,81	413,97	-
5. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira) (%) .....	7,30	11,70	-

## 7. NOTAS

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça.

Por fim e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória (ES), 30 de junho de 2017.

**Conselho de Administração e Diretoria Executiva**


**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.**

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2017 E 30.06.2016 – Em Reais mil**

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>566.805</b>	<b>593.250</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>290.106</b>	<b>314.680</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b> (Nota 4) .....	<b>3.351</b>	<b>397</b>	<b>DEPÓSITOS</b> (Nota 14).....	<b>20.302</b>	<b>22.294</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b> (Notas 3.d e 5) .....	<b>288.341</b>	<b>287.283</b>	Depósitos à Vista .....	10.353	11.817
Aplicações no Mercado Aberto.....	68.362	76.126	Depósitos a Prazo .....	9.949	10.477
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros .....	219.979	211.157	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> (Nota 15) .....	<b>203.255</b>	<b>192.403</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC.</b> <b>DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e, 7 e 27.g) .....	<b>39.020</b>	<b>26.991</b>	BNDES.....	176.137	175.103
Carteira Própria .....	39.020	26.991	FINAME .....	4	-
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b> (Nota 6).....	<b>-</b>	<b>7.597</b>	FINEP .....	664	-
Repasse interfinanceiros .....	-	7.597	Outras Instituições .....	26.450	17.300
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8) .....	<b>212.461</b>	<b>252.427</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 16) .....	<b>66.549</b>	<b>99.983</b>
Operações de Crédito .....	232.376	268.206	Cobranças e Arrecadação de Tributos e Assemelhados .....	91	83
Setor Público .....	9.023	8.204	Sociais e Estatutárias .....	162	573
Setor Privado.....	223.353	260.002	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.a).....	2.105	5.225
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....	(19.915)	(15.779)	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16.b) .....	43.667	62.917
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....	<b>12.116</b>	<b>7.615</b>	Diversas .....	20.524	31.185
Rendas a Receber .....	880	-	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>767.425</b>	<b>791.368</b>
Créditos Específicos.....	205	205	<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> (Nota 15) .....	<b>620.859</b>	<b>655.279</b>
Diversos .....	12.515	8.929	BNDES.....	557.957	606.809
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(1.484)	(1.519)	FINAME .....	30	-
<b>OUTROS VALORES E BENS</b> (Nota 10) .....	<b>11.516</b>	<b>10.940</b>	FINEP .....	2.304	-
Outros Valores e Bens .....	13.173	12.657	Outras Instituições .....	60.568	48.470
(Provisão para Desvalorizações).....	(1.786)	(1.865)	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 16) .....	<b>146.566</b>	<b>136.089</b>
Despesas Antecipadas (Notas 3.g) .....	129	148	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.a).....	3.746	7.245
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>931.915</b>	<b>917.473</b>	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16.b) .....	133.335	128.844
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC.</b> <b>DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e, 7 e 27.g) .....	<b>124.587</b>	<b>108.279</b>	Diversas .....	9.485	-
Carteira Própria .....	124.587	108.279	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b> .....	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8).....	<b>754.744</b>	<b>763.048</b>	Resultados de Exercícios Futuros.....	1	3
Operações de Crédito .....	823.326	807.692	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>449.163</b>	<b>418.159</b>
Setor Público .....	51.621	57.379	Capital:		
Setor Privado.....	771.705	750.313	De Domiciliados no País (Nota 17).....	407.448	359.705
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....	(68.582)	(44.644)	Reserva de Capital (Nota 17.c) .....	11.639	-
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....	<b>52.570</b>	<b>46.099</b>	Reservas de Lucros .....	64.256	62.017
Rendas a Receber .....	1.804	2.230	Lucros ou Prejuízos Acumulados .....	(20.103)	(3.100)
Diversos .....	50.803	44.004	(Ações em Tesouraria) (Nota 17.e) .....	(14.077)	(463)
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(37)	(135)			
<b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....	<b>14</b>	<b>47</b>			
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 10.b).....	14	47			
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>7.975</b>	<b>13.487</b>			
<b>INVESTIMENTOS</b> (Nota 11).....	<b>37</b>	<b>1.925</b>			
Outros Investimentos .....	74	3.079			
(Provisão para Perdas).....	(37)	(1.154)			
<b>IMOBILIZADO DE USO</b> (Nota 12) .....	<b>2.173</b>	<b>3.027</b>			
Imóveis de Uso.....	4.042	4.042			
Outras Imobilizações de Uso.....	10.556	10.506			
(Depreciações Acumuladas).....	(12.425)	(11.521)			
<b>INTANGÍVEL</b> (Notas 3.h.3 e 13).....	<b>5.765</b>	<b>8.535</b>			
Ativos Intangíveis .....	46.492	29.083			
(Amortizações Acumuladas) .....	(40.727)	(20.548)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>1.506.695</b>	<b>1.524.210</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>1.506.695</b>	<b>1.524.210</b>




**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.**

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES  
FINDOS EM 30.06.2017 E 30.06.2016 - Em Reais mil**

	2017	2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>60.471</b>	<b>57.875</b>
Operações de Crédito	35.751	31.352
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	24.720	26.523
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(56.549)</b>	<b>(35.807)</b>
Operações de Captação no Mercado	(116)	(176)
Operações de Empréstimos e Repasses	(12.162)	(11.244)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(44.271)	(24.387)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.922</b>	<b>22.068</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(33.584)</b>	<b>(24.539)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 27.b)	3.074	1.009
Rendas de Tarifas Bancárias	883	866
Despesas de Pessoal	(26.503)	(18.253)
Outras Despesas Administrativas	(9.437)	(8.525)
Despesas Tributárias	(2.559)	(2.332)
Outras Receitas Operacionais (Nota 27.c)	10.151	4.363
Outras Despesas Operacionais (Nota 27.d)	(9.193)	(1.667)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(29.662)</b>	<b>(2.471)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b> (Nota 27.e)	<b>(427)</b>	<b>(1.228)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>(30.089)</b>	<b>(3.699)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> (Nota 3.j)	<b>9.986</b>	<b>599</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(3.230)
Provisão para Contribuição Social	-	(2.689)
Ativo Fiscal Diferido	9.986	6.518
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(20.103)</b>	<b>(3.100)</b>
Lucro/Prejuízo por lote de mil Ações - R\$	(0,75)	(0,13)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO  
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2017 E 30.06.2016 - Em Reais mil**

	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(30.089)</b>	<b>(3.699)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(5.919)
Ativo Fiscal Diferido	9.986	6.518
Depreciações e Amortizações	2.359	2.744
Provisão para Perdas/Desvalorizações	185	1.352
Reversão de Provisões	(89)	(101)
<b>Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado</b>	<b>(17.648)</b>	<b>895</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(4.290)	(35.992)
Títulos e Valores Mobiliários	(6.187)	(66.332)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.367	6.686
Operações de Crédito	49.951	(16.379)
Outros Créditos	(11.325)	16.879
Outros Valores e Bens	(17)	(502)
Outras Obrigações	(25.823)	(7.976)
Resultado de Exercícios Futuros	(1)	3
Depósitos	(1.910)	(4.817)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(31.506)	33.343
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(46.389)</b>	<b>(74.192)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Alienação de Bens Não de Uso próprio	1.780	-
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(745)	-
Aplicação no Intangível	(736)	(274)
Inversões em Imobilizado de Uso	(29)	(232)
Alienação de Investimentos	1.047	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>1.317</b>	<b>(506)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Integralização de capital	47.743	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	392	44
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>48.135</b>	<b>44</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3.063</b>	<b>(74.654)</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS</b>		
Início do Período	288	267.240
Fim do Período	3.351	192.586
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3.063</b>	<b>(74.654)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30.06.2017 E 30.06.2016 - Em Reais mil**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA			
<b>SALDO EM 31.12.2015</b>	<b>206.076</b>	<b>83.629</b>	-	<b>4.685</b>	<b>57.288</b>	-	<b>(463)</b>	<b>351.215</b>
Aumento de Capital (Nota 17.b)	-	70.000	-	-	-	-	-	70.000
Aumento de Capital (Nota 17.b)	153.629	(153.629)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(3.100)	-	(3.100)
Reservas (Nota 17.c)	-	-	-	-	44	-	-	44
<b>SALDO EM 30.06.2016</b>	<b>359.705</b>	-	-	<b>4.685</b>	<b>57.332</b>	<b>(3.100)</b>	<b>(463)</b>	<b>418.159</b>
<b>Mutações do 1º semestre/2016</b>	<b>153.629</b>	<b>(83.629)</b>	-	-	<b>44</b>	<b>(3.100)</b>	-	<b>66.944</b>
<b>SALDO EM 31.12.2016</b>	<b>359.705</b>	-	-	<b>4.813</b>	<b>59.051</b>	-	<b>(463)</b>	<b>423.106</b>
Aumento de Capital (Nota 17.b)	47.743	-	-	-	-	-	-	47.743
Prejuízo Líquido do Período	-	-	-	-	-	(20.103)	-	(20.103)
Reservas (Nota 17.c)	-	-	11.639	-	392	-	(13.614)	(1.583)
<b>SALDO EM 30.06.2017</b>	<b>407.448</b>	-	<b>11.639</b>	<b>4.813</b>	<b>59.443</b>	<b>(20.103)</b>	<b>(14.077)</b>	<b>449.163</b>
<b>Mutações do 1º semestre/2017</b>	<b>47.743</b>	-	<b>11.639</b>	-	<b>392</b>	<b>(20.103)</b>	<b>(13.614)</b>	<b>26.057</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO 1º SEMESTRE DE 2017 - Em Reais mil**

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, em face do encerramento do primeiro semestre de 2017 em comparação com o primeiro semestre de 2016. Valores expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, sociedade anônima de capital fechado, é uma entidade de economia mista controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às nor-

mas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 24 de agosto de 2017.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**
**a) Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional do BANDES e de apresentação de suas demonstrações contábeis é o Real (R\$).



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

## c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo Banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

## d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

## e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

O valor de mercado é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os títulos e valores mobiliários do BANDES são classificados, em sua integralidade, na categoria "mantidos até o vencimento". (Nota 7)

## f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso.....	AA
Até 14 dias.....	A
De 15 a 30 dias.....	B
De 31 a 60 dias.....	C
De 61 a 90 dias.....	D
De 91 a 120 dias.....	E
De 121 a 150 dias.....	F
De 151 a 180 dias.....	G
Superior a 180 dias.....	H

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que promoveu alteração na Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

## g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. São compostos, basicamente, por dispêndios com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 10.b)

## h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

**h.1) Investimentos** - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 11)

**h.2) Imobilizado** - É representado por direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado está atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquido da respectiva depreciação, calculada pelo método linear, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*). No cálculo da depreciação são utilizados os seguintes percentuais:

Especificação	Percentual Anual
Imóveis de uso – edificações .....	8%
Sistema de transportes, proc. de dados e comunicação.....	20%
Demais itens .....	10%

Ganhos e perdas na alienação de ativos são reconhecidos em "Resultado não operacional".

**h.3) Intangível** - São direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído por gastos com desenvolvimento de sistemas, amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

## i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídos conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.
- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

## j) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% (quinze por cento) do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% (dez por cento).

A Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 elevou para 20% (vinte por cento) a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido durante o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

## k) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros são calculados pelas alíquotas vigentes na data das demonstrações contábeis, e, registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida ao resultado do período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório e terá seu valor reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que ser tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Em virtude da alteração da alíquota da contribuição social, o BANDES constituiu complemento de crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.

## l) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

## m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

## n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos valores de recuperação.

No 1º semestre de 2017, assim como em 2016, não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2017	2016
Moeda Nacional (caixa) .....	1	1
Moeda Nacional (depósitos bancários) .....	3.350	396
Disponibilidades .....	3.351	397
Depósitos Interfinanceiros* .....	132.160	116.063
Aplicações no Mercado Aberto* .....	68.362	76.126
<b>Total .....</b>	<b>203.873</b>	<b>192.586</b>

\* Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias

## NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil			
	Prazo de vencimento			
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (BANESTES S/A) .....	525	-	-	525
Empresas Não Ligadas .....	64.914	66.721	87.819	219.454
Aplicações no Mercado Aberto (2) .....	68.362	-	-	68.362
<b>Total 2017 .....</b>	<b>133.801</b>	<b>66.721</b>	<b>87.819</b>	<b>288.341</b>
Total 2016 .....	115.370	76.819	95.094	287.283

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

## NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	R\$ mil	
	2017	2016
<b>Repasse Interfinanceiros</b>		
BANESTES S/A - Repasse NOSSOCREDITO .....	-	7.597
<b>Total .....</b>	<b>-</b>	<b>7.597</b>

Repasse Interfinanceiro de R\$ 30 milhões disponibilizados ao Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES S/A para aplicação exclusiva nos Programas de Microcrédito do Governo Estadual, NOS-SOCREDITO e CREDITAR, por meio de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado em 24 de junho de 2014. A operação foi liquidada no 1º semestre.

## NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Títulos Públicos - Brasil</b>					
Letras Financeiras do Tesouro .....	-	9.492	29.528	124.455	163.475
Criatec 3 - FIP .....	-	-	-	132	132
<b>Total 2017 .....</b>	<b>-</b>	<b>9.492</b>	<b>29.528</b>	<b>124.587</b>	<b>163.607</b>
Total 2016 .....	26.991	-	-	108.279	135.270

## NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

### a) Carteira de crédito por tipo de operação

	R\$ mil			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos .....	77.051	7	57.325	5
Financiamentos .....	109.918	10	107.749	10
Financiamentos rurais e agroindustriais .....	808.089	76	845.241	78
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento .....	60.644	6	65.583	6
<b>Subtotal .....</b>	<b>1.055.702</b>	<b>99</b>	<b>1.075.898</b>	<b>99</b>
Outros créditos * .....	4.012	1	3.396	1
<b>Total das operações de créditos .....</b>	<b>1.059.714</b>	<b>100</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>

\* Refere-se à rubrica de Devedores por Compras de Valores e Bens com característica de concessão de crédito. (Nota 9)

### b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	R\$ mil			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores .....	98.260	9	111.063	10
50 seguintes maiores devedores .....	74.673	7	67.655	6
100 seguintes maiores devedores .....	45.832	4	28.937	3
Demais devedores .....	840.949	80	871.639	81
<b>Total das operações de crédito .....</b>	<b>1.059.714</b>	<b>100</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>

## c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	R\$ mil			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
<b>Parcelas vencidas a partir de 15 dias .....</b>	<b>38.487</b>	<b>4</b>	<b>22.826</b>	<b>2</b>
<b>A vencer .....</b>	<b>1.021.227</b>	<b>96</b>	<b>1.056.468</b>	<b>98</b>
Até 3 meses .....	79.170	7	66.980	6
De 3 meses a 12 meses .....	201.606	19	196.247	18
Acima de 12 meses .....	740.451	70	793.241	74
<b>Total das operações de crédito .....</b>	<b>1.059.714</b>	<b>100</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>

## d) Carteira de crédito por setor de atividade

	R\$ mil			
	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
<b>Setor privado .....</b>	<b>999.070</b>	<b>94</b>	<b>1.013.711</b>	<b>94</b>
Rural .....	36.432	3	28.069	3
Indústria .....	64.230	6	51.621	5
Comércio .....	46.504	4	46.011	4
Outros serviços .....	75.854	7	66.270	6
Pessoas físicas .....	776.050	74	821.740	76
<b>Setor público .....</b>	<b>60.644</b>	<b>6</b>	<b>65.583</b>	<b>6</b>
Administração direta municipal .....	60.644	6	65.583	6
<b>Total das operações de crédito .....</b>	<b>1.059.714</b>	<b>100</b>	<b>1.079.294</b>	<b>100</b>

## e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

	R\$ mil						
	2017		2016				
Níveis Risco	% mínimo provisão	Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	0	63.583	-	63.583	-	66.362	-
A	0,5	546.670	-	546.670	(2.733)	599.081	(2.995)
B	1	166.143	10.906	177.049	(1.770)	217.443	(2.174)
C	3	72.480	47.305	119.785	(3.594)	90.661	(2.720)
D	10	11.566	32.521	44.087	(4.409)	32.448	(3.245)
E	30	3.817	17.479	21.296	(6.389)	23.430	(7.029)
F	50	3.280	25.555	28.835	(14.417)	11.420	(5.710)
G	70	2.082	8.508	10.590	(7.413)	5.731	(4.012)
H	100	6.803	41.016	47.819	(47.819)	32.718	(32.719)
<b>Total .....</b>		<b>876.424</b>	<b>183.290</b>	<b>1.059.714</b>	<b>(88.544)</b>	<b>1.079.294</b>	<b>(60.404)</b>

\*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

## f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2017	2016
<b>Saldos iniciais .....</b>	<b>(66.516)</b>	<b>(49.918)</b>
Constituições op. crédito .....	(44.283)	(24.476)
Constituições op. crédito .....	(45.204)	(25.432)
Reversões op. crédito .....	921	956
Transferências para prejuízo .....	22.255	13.790
<b>Saldos finais .....</b>	<b>(88.544)</b>	<b>(60.604)</b>

Estão incluídos nos saldos finais R\$ 47 mil (R\$ 181 mil em 30 de junho de 2016), referentes à Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito, correspondente ao título "Devedores por compra de valores e bens". (Nota 9)

## g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	R\$ mil	
	2017	2016
Valor das operações renegociadas .....	41.700	7.796
Valor das operações lançadas a prejuízo .....	22.255	13.790
Valor das operações recuperadas .....	6.364	4.956

## NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	R\$ mil	
	2017	2016
Impostos compensados pendentes de homologação (1) .....	5.626	2.287
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 17 a.3) .....	44.167	39.283
Devedores por depósitos em garantia .....	5.563	5.479
Pagamentos a ressarcir .....	3.071	1.628
Rendas a receber (2) .....	2.684	2.230
Devedores por compra de valores e bens .....	4.012	3.396
Outros .....	1.084	1.065
Provisão para outros créditos (3) .....	(1.521)	(1.654)
<b>Total .....</b>	<b>64.686</b>	<b>53.714</b>





# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

- (1) Impostos compensados pendentes de homologação (IRPJ e CSLL) R\$ 2.183 mil (R\$ 2.183 mil em 30 de junho de 2016), pagos a maior nos exercícios sociais de 1997 a 2004. O crédito compensado está em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal, concomitantemente, foi registrado um passivo de mesmo valor, conforme Nota 16.a; CSLL a compensar R\$ 2.030 mil (R\$ 0 em 30 de junho de 2016); IRPJ a compensar R\$ 1.416 mil (R\$ 104 mil em 30 de junho de 2016).
- (2) Rendas a receber de juros e encargos de mora, devidos pelo FUNDAP conforme Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 84 mil (R\$ 69 mil em 30 de junho de 2016) e Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equalização de juros R\$ 2.600 mil (R\$ 2.161 mil em 30 de junho de 2016).
- (3) Provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 47 mil (R\$ 180 mil em 30 de junho de 2016); provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 mil (R\$ 1.269 mil em 30 de junho de 2016); e provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 mil (R\$ 205 mil em 30 de junho de 2016).

## NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

### a) Outros valores e bens – Bens não de uso próprio

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, próprios, desativados e recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	2017	2016
Imóveis não de Uso Próprio .....	12.125	11.609
Bens em regime especial.....	1.044	1.044
Máquinas e equipamentos .....	4	4
<b>Bens Não de Uso .....</b>	<b>13.173</b>	<b>12.657</b>
Provisão para desvalorização .....	(1.786)	(1.865)
<b>Total.....</b>	<b>11.387</b>	<b>10.792</b>

### b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros, totalizando R\$ 143 mil (R\$ 195 mil em 30 de junho de 2016).

## NOTA 11 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado a valor de mercado, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	2017	2016
Investimento por incentivos fiscais (1) .....	68	3.073
Títulos patrimoniais .....	1	1
Bens artísticos .....	5	5
Provisão para perdas (2) .....	(37)	(1.154)
<b>Total.....</b>	<b>37</b>	<b>1.925</b>

(1) Composição: R\$ 38 mil (R\$ 39 mil em 30 de junho de 2016) Certificados de Investimento - FINOR, R\$ 30 mil (R\$ 30 mil em 30 de junho de 2016) Certificados de Investimento – AUDIOVISUAL, e Certificados de Investimentos FUNDES R\$ 0 (R\$ 3.004 mil em junho de 2016).

(2) O título Provisão para Perdas é composto de: R\$ 37 mil (38 mil em 30 de junho de 2016) relacionadas à Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR, R\$ 0 (R\$ 1.116 mil em 30 de junho de 2016) relacionados à Provisão para perdas em Certificados de Investimentos FUNDES.

## NOTA 12 - IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	
			2017	2016
Terrenos.....	189	–	189	189
Edificações .....	3.853	(3.310)	543	769
Móveis e máquinas .....	2.703	(2.355)	348	431
Aparelhagens e sist. comunicação .....	343	(303)	40	25
Equipamentos de informática.....	7.323	(6.319)	1.004	1.550
Sistema de segurança.....	187	(138)	49	63
<b>Total.....</b>	<b>14.598</b>	<b>(12.425)</b>	<b>2.173</b>	<b>3.027</b>

## NOTA 13 - INTANGÍVEL

O Ativo Intangível está representado, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais. (Nota 3.h3)

	R\$ mil			
	Custo	Amortização	Valor Líquido	
			2017	2016
Aquisição de software .....	4.576	(3.875)	701	883
BI – Consultas .....	46	(46)	–	–
Sistema de Crédito Eletrônico .....	496	(496)	–	–
Sistema de Ponto Eletrônico .....	11	(11)	–	–
Modernização SISBANDES.....	40.501	(35.701)	4.800	7.546
Site BANDES .....	829	(596)	233	106
Aplicativo para Celular .....	33	(2)	31	–
<b>Total.....</b>	<b>46.492</b>	<b>(40.727)</b>	<b>5.765</b>	<b>8.535</b>

## NOTA 14 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Compõem-se de “Depósitos à Vista” e “Depósitos a Prazo” e referem-se, principalmente, a cauções oriundas de operações efetuadas com recursos FUNDAP. Os “Depósitos a Prazo” têm vencimento de até 30 dias.

Depósitos	2017	2016
À vista .....	10.353	11.817
A prazo .....	9.949	10.477
<b>Total.....</b>	<b>20.302</b>	<b>22.294</b>

## NOTA 15 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

As “Obrigações por empréstimos e repasses” correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BNDES.....	78.558	97.579	176.137	557.957	734.094
Outras Inst. Oficiais.....	6.309	20.809	27.118	62.902	90.020
<b>2017 .....</b>	<b>84.867</b>	<b>118.388</b>	<b>203.255</b>	<b>620.859</b>	<b>824.114</b>
<b>2016.....</b>	<b>82.846</b>	<b>109.557</b>	<b>192.403</b>	<b>655.279</b>	<b>847.682</b>

## NOTA 16 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2017	2016
Fiscais e previdenciárias (a) .....	5.851	12.470
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b).....	177.002	191.761
Provisão para passivos contingentes (c) .....	4.664	6.194
Dotação para aumento de capital (d) .....	1.973	17.484
Provisão para pagamentos a efetuar.....	8.938	4.204
Credores diversos (e) .....	14.433	3.303
Sociais e estatutárias.....	162	573
Outros .....	92	83
<b>Total.....</b>	<b>213.115</b>	<b>236.072</b>

### a) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições.....	506	3.762
Impostos e contribuições sobre salários .....	983	791
Impostos com pedido de restituição (i) .....	2.183	2.183
Parcelamento impostos de exercícios anteriores (ii).....	1.977	5.670
Outros .....	202	64
<b>Total.....</b>	<b>5.851</b>	<b>12.470</b>

(i) Provisão IRPJ (R\$ 2.065 mil), CSLL (R\$ 118 mil) compensados em exercícios anteriores e ainda não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

(ii) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014. Em 28/04/2017 o BANDES aderiu ao REFIS Vitória e obteve redução de R\$ 2.555 do saldo devedor.

### a.1) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes

Cconciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado:

	2017	2016
<b>Resultado antes da tributação sobre lucro e participações.....</b>	<b>(30.089)</b>	<b>(3.699)</b>
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências .....	4.624	209
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	43.498	21.901
Perdas efetivas de créditos .....	(23.657)	(6.372)
Outros .....	233	1.360
Despesas não dedutíveis.....	27	42
<b>Base de Cálculo .....</b>	<b>(5.364)</b>	<b>13.441</b>
IRPJ e CSLL* .....	–	(4.705)
Adicional de IRPJ (10%) .....	–	(1.332)
Incentivos fiscais.....	–	118
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....</b>	<b>–</b>	<b>(5.919)</b>

\*Alíquotas vigentes: IRPJ 15% mais Adicional de 10%; e CSLL 15% até setembro de 2015 e 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, conforme Lei nº. 13.169/15. (Nota 3.j)

### a.2) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos

A Administração, tendo por base premissas internas revisadas anualmente, registra créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social com expectativa de realização de no máximo dez anos.

### a.3) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

	CSLL	IRPJ	Total
<b>Saldo em 30/06/2016.....</b>	<b>16.571</b>	<b>22.712</b>	<b>39.283</b>
Valores constituídos.....	8.071	11.267	19.338
Valores baixados .....	(5.657)	(8.797)	(14.454)
<b>Saldo em 30/06/2017.....</b>	<b>18.985</b>	<b>25.182</b>	<b>44.167</b>



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## a.4) Composição dos créditos tributários

	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário			R\$ mil
		CSLL	IRPJ	Total	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	89.120	17.118	22.319	39.437	
Provisão de ações cíveis, trabalhistas e fiscais .....	4.664	842	1.166	2.008	
Provisão para indenizações trabalhistas PDV .....	5.355	803	1.340	2.143	
Provisão para devedores por compra de valores e bens .....	318	32	40	72	
Provisão para Investimentos .....	1.269	190	317	507	
<b>Saldo em 30/06/2017 .....</b>	<b>100.726</b>	<b>18.985</b>	<b>25.182</b>	<b>44.167</b>	
Saldo em 30/06/2016 .....	90.848	16.571	22.712	39.283	

## a.5) Estimativa de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano	Crédito Tributário			Valor Presente	R\$ mil
	CSLL	IRPJ	Total		
2018 .....	4.030	5.392	9.422	8.916	
2019 .....	8.098	10.705	18.803	17.489	
2020 .....	3.089	4.147	7.236	6.963	
2021 .....	1.058	1.405	2.463	2.370	
2022 .....	736	960	1.696	1.631	
2023 a 2027 .....	1.974	2.573	4.546	4.331	
<b>Saldo em 30/06/2017 .....</b>	<b>18.985</b>	<b>25.182</b>	<b>44.167</b>	<b>41.700</b>	
Saldo em 30/06/2016 .....	13.626	22.711	36.337	33.213	

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas taxas médias de captação do BANDES.

## a.6) Créditos tributários não reconhecidos

Contabilmente, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 1.463 mil (R\$ 1.662 mil em 30 de junho de 2016), o registro será efetuado quando houver atendimento aos aspectos regulamentares e/ou apresentação de perspectivas efetivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração, baseadas nas normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

## b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES têm registrados em contas patrimoniais R\$ 177.002 mil (R\$ 191.761 mil em 30 de junho de 2016).

	2017	2016	R\$ mil
FUNDAP .....	934	932	
FUNDES .....	90.636	94.432	
FUNDAPSOCIAL .....	1.490	5.520	
FUNCITEC .....	12.956	17.180	
FUNDÁGUA .....	18	67	
PSA FUNDÁGUA .....	17.962	-	
FUNDEPAR-ES .....	52.815	73.066	
FUNSAF .....	191	564	
<b>Total .....</b>	<b>177.002</b>	<b>191.761</b>	

## c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

Ações com Risco Provável	2017	2016	R\$ mil
Cíveis .....	2.840	2.733	
Trabalhistas .....	1.824	3.461	
Fiscais .....	-	-	
<b>Total .....</b>	<b>4.664</b>	<b>6.194</b>	

- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Ações com Risco Possível e Remoto	2017	2016	R\$ mil
Cíveis .....	46.755	38.912	
Trabalhistas .....	1.001	1.604	
Fiscais .....	26.328	20.913	
<b>Total .....</b>	<b>74.084</b>	<b>61.429</b>	

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total	R\$ mil
<b>Saldo em 01/01/2016 .....</b>	<b>2.598</b>	<b>3.308</b>	-	<b>5.906</b>	
Atualização Monetária / Constituições .....	142	181	-	323	
Reversões / Pagamentos .....	(7)	(28)	-	(35)	
<b>Saldo em 30/06/2016 .....</b>	<b>2.733</b>	<b>3.461</b>	-	<b>6.194</b>	
<b>Saldo em 01/01/2017 .....</b>	<b>2.955</b>	<b>1.686</b>	-	<b>4.641</b>	
Atualização Monetária / Constituições .....	332	138	-	470	
Reversões / Pagamentos .....	(447)	-	-	(447)	
<b>Saldo em 30/06/2017 .....</b>	<b>2.840</b>	<b>1.824</b>	-	<b>4.664</b>	

## d) Dotação para aumento de capital

A rubrica "Dotação para aumento de capital" registra R\$ 1.973 mil (R\$ 17.484 mil em 30 de junho de 2016) disponibilizados pelo acionista Estado do Espírito Santo, referentes a Juros Sobre Capital Próprio – JSCP do exercício social de 2015 e 2016, quitados e retidos conforme determinação do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social do BANDES.

## e) Credores diversos

Na composição da rubrica "Credores diversos" R\$ 14.433 mil (R\$ 3.303 mil em 30 de junho de 2016) destacam-se: R\$ 1.345 mil (R\$ 1.790 mil em junho de 2016) referentes deduções das liberações FUNDAP para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 e R\$ 7.851 mil (R\$ 0 em 30 de junho de 2016) referentes à Recomposição de obrigações por refinanciamento de dívidas com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

## NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 500 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 407.448 mil.

Composição do capital social em quantidade de ações:

	2017	2016
<b>Ações Ordinárias .....</b>	<b>17.783.878.147</b>	<b>15.949.479.126</b>
- Estado do Espírito Santo .....	17.545.240.995	15.710.841.974
- Acionistas Minoritários .....	238.637.152	238.637.152
<b>Ações Preferenciais .....</b>	<b>8.844.531.687</b>	<b>7.926.204.869</b>
- Classe "A" .....	2.795.144.801	2.483.827.190
- Classe "B" .....	6.049.386.886	5.442.377.679
<b>Total de ações emitidas .....</b>	<b>26.628.409.834</b>	<b>23.875.683.995</b>
Em tesouraria (ordinárias) .....	(172.039.828)	(6)
Em tesouraria (preferenciais – Classe "A") .....	(629.496.910)	(24.162.245)
<b>Total de ações em circulação .....</b>	<b>25.826.873.096</b>	<b>23.851.521.744</b>

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

### b) Aumento de capital social

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF, aprovou no semestre o processo de aumento de capital abaixo:

Aumento de Capital R\$	Data de Aprovação	Publicação do Ato no Diário Oficial da União
47.743 mil	08/06/2017	DOU nº 111, Seção 3, página 64, de 12/06/2017

### c) Reservas de capital

O montante de R\$ 11.639 mil constituído no semestre é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, aprovada pela Resolução FUNDES nº 06/2016, de 26 de junho de 2016.

O investimento em incentivos fiscais representado por 4.465.723 cotas FUNDES registrado no subgrupo Investimentos do Ativo Permanente ao custo histórico total de R\$ 1.957 mil foi permutado com as 777.374.487 ações BANDES detidas pelo FUNDES. Na negociação, os instrumentos patrimoniais (ações e cotas) foram precificados pela idêntica importância total de R\$ 13.614 mil.

### d) Reservas de lucros

No semestre, R\$ 392 mil referentes dividendos/JSCP prescritos do exercício de 2013 (R\$ 44 em 30 de junho de 2016), foram incorporados à Reserva Estatutária, do grupo Reservas de Lucros do Patrimônio Líquido, conforme determinação do § 4º do artigo 53 do Estatuto Social.

### e) Ações em tesouraria

O montante de ações em tesouraria R\$ 14.077 (R\$ 463 em 30 de junho de 2016) apresentou elevação no semestre em valores e em quantidade, originada em processo de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES. Foram permutadas 4.465.723 cotas de emissão do FUNDES por 777.374.487 ações BANDES, compostas de 172.039.822 ações ordinárias e 605.334.665 ações preferenciais – classe "A". Com a operação, o investimento em incentivos fiscais representado por cotas FUNDES, registrado no subgrupo Investimento do Ativo Permanente foi liquidado e a participação do FUNDES no capital social do BANDES encerrada.

## NOTA 18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### a) Plano de previdência complementar

Com o objetivo de proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pelo INSS, o BANDES patrocina plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). As contribuições são custeadas pelo participante e pelo patrocinador. Os recursos são investidos no Fundo de Renda Fixa, Bradesco Renda Fixa F 10. No semestre, foram apropriados em despesas com o plano R\$ 801 mil (R\$ 706 mil em 30 de junho de 2016).

### b) Programa de desligamento voluntário (PDV)

O programa de desligamento voluntário promovido pelo Banco assegura dentre outros benefícios, o custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta meses após a desligamento.

A provisão para indenizações trabalhistas diversas registrou saldo de R\$ 5.355 mil (R\$ 96 mil em 30 de junho de 2016).





# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## NOTA 19 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme Estatuto Social.

No primeiro semestre de 2017, as despesas com remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva totalizaram R\$ 682 mil (R\$ 914 mil em 30 de junho de 2016).

## NOTA 20 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

O total dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES atingiu R\$ 425.213 mil (R\$ 461.853 mil em 30 de junho de 2016).

Fundos Públicos	R\$ mil	
	Patrimônio Líquido	
	2017	2016
FUNDES .....	165.361	171.158
FUNDAP .....	110.997	115.999
FUNDAPSOCIAL .....	2.256	8.732
FUNDEPAR-ES.....	146.599	165.964
<b>Total.....</b>	<b>425.213</b>	<b>461.853</b>

## NOTA 21 - OPERAÇÕES DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Conforme estabelecido em normas específicas, o BANDES auferir receitas pela prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento e remunera as obrigações referentes aos recursos não alocados.

Fundos	R\$ mil			
	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2017	2016	2017	2016
FUNDES (1).....	1.910	417	2.945	3.882
FUNDAPSOCIAL (2) .....	-	-	36	172
FUNDEPAR-ES (3) .....	84	79	1.843	2.957
FUNCITEC (4) .....	-	-	343	655
FUNDÁGUA (5) .....	-	-	-	-
PSA FUNDÁGUA (6) .....	639	-	742	3
FUNSAF (7) .....	-	-	7	13
<b>Total.....</b>	<b>2.633</b>	<b>496</b>	<b>5.915</b>	<b>7.682</b>

Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
(1)	De janeiro a março: 0,5% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do ano anterior. A partir de abril 4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo no ano de 2017.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(2)	A taxa de Administração foi extinta a partir de 2016.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(3)	0,25% ao ano, incidente sobre o Capital Investido do Fundo deduzido de eventual baixa contábil.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(4)	Recursos não remunerados.	Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).	
(5)	3% sobre o ingresso de recurso no fundo.	100% do rendimento diário do CDI.	
(6)	10% sobre as liberações efetuadas no mês.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	
(7)	Recursos não remunerados.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.	

## NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos e Controles Internos (GERCI), Comitê de Controles Internos e Riscos (COCIR) e Auditoria Interna (AUDIT). As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos e Controles Internos, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

## NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais – definido como perdas potenciais devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES classifica-se na categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento", definidos como títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos e Controles Internos (GERCI), Comitê de Gestão de Tesouraria (COGET), Comitê de Controles Internos e Riscos (COCIR) e Auditoria Interna (AUDIT). O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (*Value at Risk*) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

## NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos

custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, cobramentos, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos e Controles Internos (GERCI), Comitê de Crédito (COCRE), Comitê de Controles Internos e Riscos (COCIR), Auditoria Interna (AUDIT) e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos e Controles Internos utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

## NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), pela Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos e Controles Internos (GERCI), Gerência Financeira (GEFIN), Comitê de Gestão de Tesouraria (COGET), Comitê de Controles Internos e Riscos (COCIR) e Auditoria Interna (AUDIT). A Gerência de Riscos e Controles Internos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES. O Comitê de Gestão de Tesouraria assessorar a Diretoria no processo de concepção, formulação e elaboração da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e também recomenda ações e medidas para o aprimoramento das mesmas.

## NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos e Controles Internos (GERCI), Gerência de Controladoria (GECON), Gerência de Desenvolvimento, Planejamento e Inovação (GEDEP) e Comitê de Gestão de Capital (COGEC). A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

Os relatórios de acesso público evidenciando a descrição das estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.bandes.com.br>.

## NOTA 27 - OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

### b) Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

### c) Outras receitas operacionais

	R\$ mil	
	2017	2016
Recuperações de encargos e despesas .....	2.755	213
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV.....	4.547	827
Atualização monetária equalização juros BNDES/Pronaf .....	1.726	1.741
Variações monetárias ativas.....	-	1.251
Atualização Selic s/ tributos a compensar .....	282	6
Atualização depósitos judiciais .....	165	263
Outras rendas operacionais.....	676	62
<b>Total.....</b>	<b>10.151</b>	<b>4.363</b>

### d) Outras despesas operacionais

	R\$ mil	
	2017	2016
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas.....	(469)	(1.024)
Provisão para indenizações trabalhistas PDV .....	(8.702)	(11)
Outras despesas operacionais .....	-	(360)
Despesas com utilização SISBACEN .....	(22)	(21)
Despesas c/ atualiz. monetária de parcelamento tributos .....	-	(251)
<b>Total.....</b>	<b>(9.193)</b>	<b>(1.667)</b>

### e) Resultado Não Operacional

	R\$ mil	
	2017	2016
Resultado na alienação de valores e bens .....	(362)	55
Reversão de provisões de outros valores e bens .....	97	119
Outras rendas não operacionais .....	198	198
Desvalorização de outros valores e bens .....	(203)	(341)
Perdas em investimentos por incentivos fiscais (1) .....	-	(1.117)
Perdas em ações e cotas (2) .....	(137)	(109)
Despesas com bens não de uso.....	(20)	(33)
<b>Total.....</b>	<b>(427)</b>	<b>(1.228)</b>

(1) Inclui provisão para desvalorização de cotas: CI FUNDES R\$ 0 (R\$ 1.116 em 30 de junho de 2016) e FINOR R\$ 0 (R\$ 1 em 30 de junho de 2016). (Notas 11.2 e 28.f)



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

(2) Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 - FIP. (Nota 7)

## f) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, em 30 de junho de 2017 foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia) ..	37,4%	9,25%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA .....	37,4%	6,0%
Capital Principal comparado com o RWA .....	37,4%	4,5%

\* RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

## g) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

## h) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

## i) Pronunciamentos Técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Eduardo Azevedo  
Aroldo Natal Silva Filho  
Robson Luiz Avelino Pereira

José Antonio Bof Buffon  
Haroldo Correa Rocha  
Paulo Ruy Valim Carnelli

## DIRETORIA EXECUTIVA

Aroldo Natal Silva Filho  
Diretor-Presidente

Everaldo Colodetti  
Diretor de Crédito e Fomento

## CONSELHO FISCAL

Ana Maria Carvalho Lauff  
Dayse Maria Oslegher Lemos  
Gustavo Lisboa Cruz

## CONTADOR

Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz  
Diretora de Administração e Finanças

Valdir dos Santos  
CRC/ES 13.555/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### AOS ACIONISTAS E ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - BANDES VITÓRIA – ES

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
00 (R1)	Pronunciamento Conceitual Básico	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.425/2015

Com base na Resolução CMN nº 3.786/09 e nas Circulares BACEN nº 3.472/09 e 3.516/10, o BANDES esclarece que não possui a obrigatoriedade de elaborar e divulgar demonstrações contábeis no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, uma vez que tal obrigatoriedade abrange somente as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta, ou ainda, que estejam sujeitas à constituição de comitê de auditoria.

O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS – 71.505/O-3 – S - SP  
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS – 059.628/O-2 – S - SP  
Sócio Responsável Técnico